



LINGUAGEM, VERDADE E LIBERDADE NA ERA DIGITAL: IDOLATRIA DIGITAL E A CRISE DA INTERIORIDADE

Paulo R. A. Pacheco¹

RESUMO: Este artigo examina a crise contemporânea da linguagem no ambiente digital como uma transformação estrutural da liberdade humana. Argumenta-se que a corrupção da linguagem ultrapassa um problema meramente comunicativo, apontando para uma ruptura antropológica da interioridade. O conceito de “idolatria digital” é proposto como quadro interpretativo para a compreensão de novas formas de dependência simbólica e psicológica mediadas pelas redes sociais. Apoiando-se na filosofia da linguagem, na antropologia filosófica e na teoria social contemporânea, o artigo sustenta que a dissociação entre linguagem e verdade compromete a autodeterminação pessoal, favorecendo a identificação mimética e a heteronomia afetiva (PIEPER, 1992; LÓPEZ QUINTÁS, 2015). Como contraponto, examina-se a pedagogia inaciana, não como solução normativa imediata, mas como modelo histórico de formação interior no qual linguagem, discernimento e liberdade se encontram estruturalmente integrados (LOYOLA, 1997; O’MALLEY, 1999). A originalidade da proposta reside na articulação de um quadro diagnóstico – a idolatria digital – com uma análise histórica da formação interior, em contraste com a hodierna, estabelecendo uma ponte entre a teoria social contemporânea e a tradição da pedagogia inaciana. O artigo conclui que a restauração da função ontológica da linguagem como mediação da verdade constitui condição necessária para a recuperação da liberdade no contexto digital contemporâneo.

1 Paulo R. A. Pacheco é psicólogo clínico e pesquisador independente brasileiro, doutor em Psicologia, com pesquisas voltadas para a história das ideias psicológicas e a experiência da liberdade, e realizou pós-doutorado em estudos literários. Seu trabalho situa-se na intersecção entre antropologia filosófica, psicoterapia e formação humana, com especial engajamento no diálogo entre a fenomenologia e a tradição aristotélico-tomista. Professor do COR Academia.

Palavras-chave: Linguagem e verdade. Interioridade. Cultura digital. Desejo mimético. Pedagogia inaciana.

1. Introdução

A centralidade da linguagem na constituição da experiência humana é amplamente reconhecida nas diversas tradições filosóficas e nas humanidades em geral. Contudo, as transformações recentes no ambiente digital parecem ter feito mais do que intensificar os processos comunicativos: alteraram qualitativamente a própria função da linguagem. Em vez de servir primariamente como meio pelo qual a realidade se manifesta, a linguagem opera cada vez mais como mecanismo performativo orientado para a produção de efeitos, a modelação de percepções e a direção de comportamentos.

Essa mudança torna-se particularmente visível no domínio da chamada saúde mental tal como é divulgada e comercializada no ambiente digital, onde atores que se apresentam como mediadores da experiência subjetiva frequentemente oferecem interpretações pré-formatadas da realidade por meio de fórmulas simplificadas, *slogans* emocionalmente carregados e categorias conceitualmente ambíguas (LÓPEZ QUINTÁS, 2015). Nesse contexto, a linguagem já não esclarece a experiência; reorganiza-a segundo enquadramentos preestabelecidos, determinados em seu sentido pelos mesmos atores.

A hipótese que orienta este artigo é que esse fenômeno não pode ser adequadamente compreendido em termos exclusivamente sociológicos ou comunicacionais. Trata-se de uma transformação que atinge o núcleo da liberdade humana ao romper a relação entre linguagem e verdade. Quando a linguagem deixa de mediar a realidade e passa a produzi-la artificialmente, os indivíduos perdem progressivamente a capacidade de se orientar segundo critérios intrínsecos, tornando-se dependentes de estruturas externas de validação e de reconhecimento.

Para descrever esse processo, propõe-se o conceito de “idolatria digital”, entendido aqui como a absolutização simbólica de figuras de au-

toridade performativa no ambiente virtual. O conceito permite articular identificação mimética, dependência afetiva e manipulação discursiva num quadro analítico unificado (GIRARD, 1978; HAN, 2017).

Como contraponto, o artigo examina a pedagogia inaciana numa perspectiva histórica, com particular atenção à formação da interioridade e ao exercício do discernimento. Mais do que apresentá-la como solução normativa, a discussão trata-a como modelo histórico capaz de iluminar os mecanismos contemporâneos que comprometem a liberdade.

Ao fazê-lo, o artigo contribui para o debate atual propondo o conceito de idolatria digital como quadro de compreensão da transformação estrutural da linguagem e das suas implicações para as condições da liberdade humana nos ambientes digitais.

2. Linguagem, verdade e a estrutura da liberdade

A relação entre linguagem e verdade não é uma questão meramente epistemológica; é sobretudo uma questão antropológica. A linguagem não é simplesmente um instrumento de expressão humana, mas é a condição da inteligibilidade da própria experiência. Como afirma Pieper (1992):

Palavra e linguagem, em essência, não constituem uma área específica ou especializada; eles não são uma disciplina ou campo específico. Não, a palavra e a linguagem constituem o meio que sustenta a existência comum do espírito humano como tal. A realidade da palavra de forma eminente faz acontecer a interação existencial. E assim, se a palavra for corrompida, a própria existência humana não permanecerá inalterada e imaculada. (p. 15, tradução nossa).

A liberdade, por sua vez, não pode ser reduzida à capacidade de escolher entre alternativas. Mais fundamentalmente, implica a capacidade de aderir à verdade da realidade. Uma escolha só se torna genuinamente

livre quando iluminada por um reconhecimento adequado do que é. Na ausência de tal reconhecimento, a liberdade deteriora-se em arbitrariedade ou mera reatividade, movida por estímulos externos ou impulsos não examinados.

As tradições filosóficas que enfatizam a unidade entre linguagem e verdade permitem compreender por que a corrupção da linguagem está longe de ser um fenômeno marginal. Quando as palavras deixam de referir-se à realidade e passam a funcionar como instrumentos de persuasão desvinculados da verdade, a própria estrutura da experiência é alterada (PIEPER, 1992; LÓPEZ QUINTÁS, 2015). O sujeito já não se orienta de acordo com o que a coisa é, mas de acordo com o que é apresentado como desejável, possível ou necessário dentro de um enquadramento configurado antes mesmo de o significado ser reconhecido. Isto é, nas palavras de López Quintás (2015):

O poder da linguagem submetida à arte da manipulação é assombroso. Quando um termo é carregado de emoção, deixa uma marca tão profunda na mente que tudo o que ouvimos, vemos e pensamos a seu respeito se polariza, magnetiza e orienta em torno dele. (p. 40, tradução nossa).

Essa transformação pode ser descrita como uma passagem da linguagem-como-mediação para a linguagem-como-produção-de-realidade. Neste último modo, o discurso já não busca desvelar o mundo, mas configurá-lo segundo interesses funcionais – fenômeno cada vez mais evidente nas culturas digitais contemporâneas (HAN, 2022). O resultado é uma forma sutil de heteronomia em que os indivíduos se creem agindo livremente quando, de fato, respondem a estímulos externamente estruturados.

Essa afirmação pressupõe um esclarecimento mais fundamental acerca da própria natureza da linguagem. A linguagem não é simplesmente um instrumento externo que o sujeito emprega à vontade; é o meio no qual a realidade se torna inteligível e, portanto, no qual a liberdade se torna possível. Na medida em que a experiência humana é articulada linguística-

mente, qualquer distorção ao nível da linguagem repercute necessariamente ao nível da experiência. O problema, então, não é apenas que a linguagem pode ser mal utilizada, mas que o seu mau uso altera o horizonte dentro do qual o real se manifesta. Quando isso ocorre, o sujeito já não confronta a realidade como algo a ser reconhecido e ao qual responder, mas como algo já predeterminado por estruturas discursivas que antecipam e orientam a interpretação. Nesse sentido, a crise da linguagem é inseparável de uma crise de acesso à própria realidade.

3. Idolatria digital como estrutura de dependência simbólica

Nesse quadro, a noção de idolatria digital torna-se inteligível. Não se refere meramente a uma admiração excessiva por figuras públicas, mas à formação de sistemas simbólicos nos quais determinados atores passam a ocupar a posição de mediadores privilegiados da realidade.

Tal sistema é sustentado pelas dinâmicas de repetição e amplificação características das plataformas digitais. A lógica algorítmica privilegia conteúdos que geram engajamento imediato, favorecendo assim um discurso simplificado e simplificador, emocionalmente carregado e facilmente replicável. A linguagem utilizada nesse ambiente é fragmentada em unidades de impacto – expressões breves, categorias fixas, diagnósticos rápidos – que deslocam processos mais complexos de interpretação.

A teoria mimética oferece uma lente crucial para a compreensão desse processo. O desejo humano não é autônomo, mas mediado por modelos (GIRARD, 1978). Quando esses modelos se apresentam como encarnação de formas superiores de realização, os indivíduos tendem a orientar os seus desejos em conformidade, gerando estruturas de dependência. Os ambientes digitais intensificam essa dinâmica pela exposição contínua a representações idealizadas e pela pressão da comparação constante.

Ao mesmo tempo, as análises contemporâneas da cultura digital destacam o papel da performance e da positividade na configuração da subjetividade. Os indivíduos são cada vez mais compelidos a construir-se sob condições de visibilidade e avaliação permanentes, respondendo a expectativas que não controlam inteiramente (HAN, 2017). Nessas condições, a linguagem funciona menos como meio de discernimento do que como mecanismo de adaptação.

A idolatria digital emerge precisamente no ponto em que essas dinâmicas convergem e se reforçam mutuamente. O resultado é a formação de sujeitos que falam por meio de categorias que não elaboraram, desejam o que não reconheceram como genuinamente seu e avaliam a própria experiência segundo critérios impostos de fora.

4. A erosão da interioridade

A interioridade, tal como é aqui entendida, designa a dimensão na qual o sujeito se reconhece como capaz de se relacionar com a realidade de modo reflexivo e responsável. Não é um espaço psicológico fechado, mas o *locus* no qual a experiência é apropriada e tornada própria.

A erosão da interioridade ocorre quando esse espaço é progressivamente colonizado por estruturas interpretativas externas. Quando os indivíduos passam a nomear as suas experiências usando categorias estandardizadas, perdem a capacidade de reconhecer os seus movimentos interiores. O que deveria ser objeto de discernimento é, em vez disso, oferecido de fora, já interpretado, pronto para o consumo. Com efeito, entendida como abertura dialógica ao outro, a interioridade não consiste em acolher o outro como “conteúdo”, mas como mistério que reflete o mistério do si mesmo.

As condições do ambiente digital intensificam esse processo, frequentemente sem que seja imediatamente percebido: a aceleração temporal, a fragmentação da atenção e a exposição contínua a estímulos conspiram

para manter a experiência na superfície, privando-a da profundidade requerida para a compreensão genuína. A linguagem, nessas condições, reforça a repetição em vez de possibilitar a elaboração.

A perda da interioridade acarreta uma transformação correspondente da liberdade: sem um espaço interior no qual examinar as próprias motivações, o sujeito torna-se cada vez mais vulnerável à determinação externa. A tomada de decisão deixa de ser um ato genuinamente pessoal e converte-se numa reação a estímulos.

O quadro antropológico deixado como herança filosófica por Edith Stein ilumina o mecanismo em operação nesse processo. Na sua análise da estrutura da pessoa humana, a autora distingue entre a dimensão psíquica – que abrange o fluxo de vivências, estados emocionais e impressões imediatas – e a dimensão espiritual, que envolve a capacidade de autorreflexão, deliberação e abertura ao sentido (STEIN, 2003). A dimensão espiritual não opera isoladamente da psíquica; requer, no entanto, um momento de recolhimento (*Sammlung*) no qual a pessoa se reordena da dispersão das impressões e alcança uma certa distância interior. O ambiente digital caracteristicamente produz uma agitação contínua da superfície psíquica, um fluxo incessante de estímulos que mantém a experiência circulando no nível da reação e da impressão. A dimensão espiritual não é com isso destruída, mas torna-se estruturalmente inacessível: a pessoa conserva a capacidade de profundidade, sendo sistematicamente impedida de exercê-la. O eu, tal como Stein o concebe, não é produto da sua própria atividade, mas é convocado por um fundamento que o precede; contudo, essa convocação só pode ser ouvida onde o ruído da superfície psíquica tenha, ao menos momentaneamente, cessado.

Esse diagnóstico ressoa com abordagens fenomenológicas da pessoa humana que enfatizam a unidade de corpo, psique e espírito como fundamento da ação significativa (STEIN, 2003). Onde essa unidade é fragmentada, onde a superfície psíquica absorve o espaço que de outro modo estaria reservado à profundidade espiritual, a liberdade não é abolida, mas esvaziada: o sujeito continua a escolher, porém sem a distância interior

que faria da escolha um ato de genuína autodeterminação. Se a interioridade, assim entendida, constitui a condição estrutural do discernimento e, portanto, da liberdade, então a sua obstrução sistemática representa não apenas uma perda psicológica, mas um desafio à própria possibilidade de o sujeito constituir-se como livre diante da realidade.

5. A pedagogia inaciana como modelo histórico de liberdade

A tradição pedagógica da Companhia de Jesus oferece um contraste significativo com esse cenário. Desenvolvida num contexto histórico distinto, fundamenta-se numa concepção de liberdade que não se identifica com a espontaneidade, mas com a capacidade de ordenar os próprios desejos segundo um princípio de verdade.

O seu elemento central é o discernimento: uma atenção sistemática aos movimentos interiores orientada para distinguir entre o que conduz à realização e o que dela afasta (LOYOLA, 1997). Essa prática requer uma linguagem capaz de nomear a experiência com precisão, evitando tanto a confusão quanto a simplificação redutora. Pressupõe, assim, uma compreensão genuína da realidade, na qual o indivíduo é chamado a captar o sentido das coisas, das pessoas e dos acontecimentos presentes, mesmo que velados por aparências, imagens e “figuras” do mundo.

A formação inaciana articula, desse modo, linguagem, verdade e liberdade de maneira estrutural. A retórica – de tradição aristotélica e ciceroniana –, nesse contexto, não é concebida como técnica de manipulação, mas como modo de comunicação ordenado à verdade, ou seja, orientado a promover a unidade, a comunidade e o discernimento crítico, resistindo ao risco da manipulação e do uso superficial da linguagem. O domínio da linguagem implica responsabilidade perante a realidade e perante os outros (FRANCA, 1952; O'MALLEY, 1999).

Além disso, a dimensão comunitária desempenha um papel decisivo. A liberdade não é entendida como autonomia isolada, mas como participação num corpo que oferece critérios, correção e acompanhamento. Isso contrasta marcadamente com a lógica das redes sociais, onde a validação tende a operar por métricas quantitativas e retorno imediato (COMPAGNIE DE JÉSUS, 1997).

Considerada historicamente, essa tradição não fornece soluções prontas para os problemas contemporâneos. O que demonstra, antes, é a possibilidade de estruturar a experiência de modo que a interioridade seja preservada como condição da liberdade; possibilidade cuja inteligibilidade mesma o ambiente digital tende a obscurecer.

6. Discussão

A análise precedente sugere que a crise contemporânea da linguagem não pode ser reduzida a um problema técnico ou comunicacional. Reflete, antes, uma transformação que afeta a própria estrutura da experiência humana, particularmente na interseção entre linguagem, verdade e liberdade. Para apreender as implicações plenas dessa transformação, contudo, é necessário ir além de uma leitura meramente contrastiva do modelo inaciano e considerar o que ele revela estruturalmente sobre a própria condição digital.

Um primeiro passo nessa direção consiste em reconhecer que as dinâmicas descritas ao longo deste artigo — identificação mimética, dependência simbólica, manipulação discursiva — não são estranhas à condição humana. A suscetibilidade à influência, a necessidade de modelos e o papel mediador da linguagem são constantes antropológicas. O que distingue o ambiente digital não é o surgimento dessas dinâmicas, mas a sua amplificação e reconfiguração sob condições de escala, velocidade e abstração sem precedentes.

Nessa perspectiva, a relevância da tradição inaciana reside não em oferecer uma solução pronta, mas em tornar visível um conjunto de relações estruturais que o ambiente digital contemporâneo tende a obscurecer. Em particular, ela evidencia a conexão intrínseca entre linguagem e interioridade. Quando a linguagem se orienta para a verdade, funciona como meio pelo qual o sujeito pode apropriar-se da experiência, nomear os movimentos interiores e exercer o discernimento. Quando a linguagem se desvincula da verdade e se subordina a funções performativas ou adaptativas, deixa de mediar a interioridade e passa a substituí-la.

Essa distinção é crucial para compreender a natureza da idolatria digital. O problema não é simplesmente que figuras externas adquirem influência indevida; é que as próprias condições sob as quais a influência opera se transformaram. Quando a linguagem se fragmenta em unidades de impacto imediato, já não sustenta a profundidade temporal requerida para a reflexão. O discernimento pressupõe duração, diferenciação e articulação interior; o ambiente digital, pelo contrário, favorece a imediatez, a repetição e a identificação superficial. Nesse sentido, a erosão da interioridade não é um subproduto accidental da cultura digital, mas uma das suas tendências estruturais.

Vista a essa luz, a ênfase inaciana no discernimento representa mais do que uma curiosidade histórica. Constitui um modo de organizar a experiência no qual linguagem, tempo e interioridade se alinham de forma a tornar a liberdade possível. O discernimento, assim entendido, não é meramente uma técnica ou resultado de uma estratégia performática, mas uma forma de atenção sustentada que pressupõe uma linguagem capaz de manter distinções, um horizonte temporal que permita a reflexão e um espaço interior no qual os movimentos possam ser reconhecidos como próprios.

Essa observação permite uma articulação mais precisa da tese central do artigo: a crise da linguagem no ambiente digital é inseparável de uma crise das condições que tornam o discernimento possível. Onde as estruturas que sustentam a diferenciação interior se enfraquecem, o sujeito

fica cada vez mais exposto a formas de heteronomia que operam não pela coerção, mas pela saturação simbólica.

Uma segunda linha de objeção poderia insistir em que tal diagnóstico sobrevaloriza as dimensões negativas da cultura digital, negligenciando a sua capacidade de ampliar o acesso ao conhecimento, facilitar a comunicação e gerar novas formas de comunidade. A objeção é válida na medida em que chama a atenção para a ambivalência da mediação tecnológica. Não invalida, porém, a presente análise, que se dirige não contra a tecnologia digital enquanto tal, mas para configurações específicas da linguagem nesse ambiente. A questão em causa não é se os meios digitais podem desempenhar funções emancipatórias, mas se as formas dominantes de mediação linguística que promovem são conducentes à formação da interioridade e ao exercício da liberdade (HAN, 2022).

Por fim, é necessário reconhecer os limites da presente proposta. A restauração da linguagem como mediadora da verdade não pode ser realizada unicamente ao nível da consciência individual; depende de condições culturais, educacionais e institucionais mais amplas, capazes de sustentar formas de atenção, diálogo e formação que resistam à lógica da fragmentação. Não obstante, o esclarecimento das relações estruturais aqui delineadas constitui um primeiro passo necessário. Sem ele, os esforços de resposta aos desafios do ambiente digital arriscam permanecer ao nível dos sintomas, sem alcançar as transformações mais profundas que incidem sobre a própria possibilidade da liberdade humana.

7. Conclusão

A crise contemporânea da linguagem no ambiente digital é inseparável de uma transformação na experiência da liberdade. A dissociação entre linguagem e verdade compromete a autodeterminação, favorecendo formas de dependência simbólica e erodindo a interioridade da qual depende a agência genuína.

O conceito de idolatria digital fornece um quadro interpretativo para a apreensão desse fenômeno, evidenciando o papel das estruturas de identificação e da manipulação discursiva na constituição da subjetividade contemporânea. Em contraste, a tradição inaciana, considerada numa perspectiva histórica, revela a possibilidade de uma articulação diferente entre linguagem, verdade e liberdade: uma articulação em que o discernimento, e não a performance, governa a relação entre o eu e o seu mundo.

Recuperar a articulação estrutural entre linguagem, verdade e liberdade não exige a adoção integral de nenhum modelo particular. Exige, no entanto, o reconhecimento de que a linguagem não é um instrumento neutro. É na linguagem que a própria possibilidade da liberdade humana está, em larga medida, em jogo.

Referências

COMPAGNIE DE JÉSUS. *Ratio studiorum*. Plan raisonné et institution des études dans la Compagnie de Jésus. Tradução: Léone Albrieux e Dolorès Pralon-Julia. Paris: Belin, 1997. Título original: Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1952.

GIRARD, René. *Des choses cachées depuis la fondation du monde*. Paris: Grasset, 1978.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Tradução: Enio Paulo Giachini. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. Título original: Müdigkeitsgesellschaft.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia*. Tradução: Gabriel S. Philipson. Rio de Janeiro: Vozes, 2022. Título original: Infokratie.

LÓPEZ QUINTÁS, Alfonso. *La palabra manipulada*. Madrid: Rialp, 2015.

LOYOLA, Santo Inácio de. *Exercícios Espirituais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

O'MALLEY, John. W. *I primi gesuiti*. Tradução: Alberto Schena. Milano: Vita e Pensiero, 1999. Título original: The first Jesuits.

PIEPER, Josef. *Abuse of language, abuse of power*. San Francisco: Ignatius Press, 1992.

STEIN, Edith. Estructura de la persona humana. In: STEIN, Edith. *Obras Completas – Vol. IV: Escritos antropológicos y pedagógicos*. Vitoria: El Carmen; Madrid: Ed. Espiritualidad; Burgos: Monte Carmelo, 2003. p. 555-752.